



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

Acta n.º 6

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA NO DIA VINTE DE MARÇO

DE DOIS MIL E DEZANOVE. -----

----- Aos vinte dias do mês de Março do ano de dois mil e dezanove, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luís Simão Duarte de Matos**, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores, **Paula Cristina Calado Chuço, Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes e Bruno Alexandre Croca Brites** -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade justificar a falta do **Senhor Vereador Marco Filipe Barreiros Pires**, por motivos da vida particular. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** Pela **Senhora Vereadora Paula Cristina Calado Chuço**, foi feita a seguinte pergunta: -----

“Após se ter realizado três eventos que divulgaram o nosso Concelho e bem, qual o balanço final que se pode fazer sobre esses acontecimentos?”-----

Pelo **Senhor Presidente da Câmara, Luís Simão Duarte de Matos** foi esclarecida a Senhora Vereadora. -----

----- Eram dez horas, o **Senhor Presidente, Luís Simão Duarte de Matos**, declarou aberta a reunião após o que foi lida, aprovada e assinada a acta da reunião anterior que havia sido aprovada em minuta.-----

----- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** anexa, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

----- Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** -----

----- **Ponto um - um: PROJETO DE ARQUITETURA E ESPECIALIDADES:** ---

Presentes os seguintes projetos de arquitetura e especialidades, em nome de:---

Miguel Valente da Costa Ferreira, para construção de 4 edifícios habitacionais em condomínio privado, na Rua Vasco da Gama, nº. 49, em Cabeção. -----

Aprovados por unanimidade os projetos de arquitetura e especialidades de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, devendo o requerente cumprir com o constante no mesmo. -----

Mais foi deliberado por unanimidade que a área proposta como cedência mantenha o seu estatuto de domínio privado. -----

----- **Ponto um - dois: PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA EMISSÃO DO ALVARÁ DE LICENÇA - LOTE 51 DA ZONA INDUSTRIAL DE MORA:** Pela

Senhora Vereadora Paula Cristina Caldo Chuço, foi presente uma declaração elaborada nos termos definidos nos artigos 69 e 70 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de Janeiro - C.P.A., na sua última redação, em como se considera impedida para quaisquer intervenções enquanto Vereadora da Câmara, para intervir no presente assunto por ser parte interessada, pelo que de seguida abandonou a reunião. -----

Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que relativamente ao processo nº. 13/2016, em nome de **Jorge Duarte Mendes Martins, Unipessoal, Lda.** para construção de Unidade de Transformação de Material Lenhoso, foi submetido requerimento solicitando a prorrogação do prazo para a emissão do alvará de licença de construção pelo prazo de um ano. -----

De acordo com o número 2 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), pode o presidente da câmara municipal, a requerimento fundamentado do interessado, conceder prorrogação, por uma única vez, do prazo referido. -----

Concomitantemente, verifica-se que se aplica à pretensão o Regulamento Municipal de Cedência de Lotes da Zona Industrial de Mora, publicado em Diário da República através do Aviso n.º 21832/2010 de 28/10, refere o seu artigo 9.º (Prazos de início e conclusão de construções e laboração) que o prazo para o início das obras é de um ano, constatando-se que já terá sido o mesmo amplamente ultrapassado, atendendo à data da escritura do lote: 21/09/2016. De informar que também prevê o n.º 2 desse artigo a possibilidade de prorrogação desse prazo, por deliberação da Câmara e a pedido dos interessados, "quando se verificar caso de força maior ou outro devidamente justificado e fundamentado". -----

Mediante solicitação, veio a requerente submeter a fundamentação do pedido, que se anexa à presente informação, prevista tanto no RJUE como no Regulamento Municipal de Cedência de Lotes, submetendo-se o assunto a devida deliberação. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade **prorrogar** o prazo para emissão do alvará de licença - Lote 51 da Zona Industrial de Mora, conforme solicitado por **Jorge Duarte Mendes Martins, Unipessoal, Lda.**, pelo prazo de seis meses. -----

Acto contínuo a Senhora Vereadora regressou à reunião. -----

----- **Ponto um - três: AVERBAMENTO DE PROCESSO:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que foi apresentado requerimento por **Pedro Manuel Pedras** e **Esmeraldina Rosa Chaleiras Pedras**, solicitando o averbamento para seu nome do processo número 93/87/2001, que se encontram em nome de **Vitorina Teresa Dias**. -----

Deferido por unanimidade de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e**

Urbanismo. -----

----- **Ponto um - quatro: VISTORIAS:** Presentes os seguintes **Relatórios de Vistoria**, que se transcrevem:-----

- “ Aos oito dias do mês de março de dois mil e dezanove, e nos termos definidos pelo artigo 64º e 65º do RJUE, na redação final anexa ao DL 136/2014 de 9 de setembro, foi realizada uma vistoria ao prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 207 da Freguesia de Mora, localizado no n.º 6 da Rua de São Pedro, na sequência de requerimento apresentado por **Humberto da Silva Estevão** solicitando a concessão de autorização de utilização de um edifício destinado a habitação, cujo licenciamento e construção foi enquadrado pelo processo n.º 046/2001 e pelo alvará de licença de construção n.º 16/2006. -----

Verificou-se que o imóvel não está de acordo com as peças desenhadas do projeto de arquitetura aprovado, designadamente no que se refere à compartimentação interior e abertura de vãos exteriores na fachada virada para o logradouro do prédio. Observou-se, ainda, que a dimensão desses vãos é insuficiente para garantir a área mínima estabelecida pelo RGEU (n.º 1 do artigo 71.º) para a sala. -----

Nesse sentido, deverão ser realizadas as obras conducentes ao cumprimento da exigência de ventilação e iluminação atrás aludida, admitindo-se que, tanto essas alterações como as outras também já mencionadas, cabem no âmbito das escassas relevâncias definidas no artigo 5.º do RMEU e no artigo 6.º do RJUE. Quando estiverem concluídas os trabalhos, o requerente terá de solicitar nova vistoria e apresentar as telas finais correspondentes. -----

É este o entendimento da comissão, que propõe dar conhecimento do mesmo ao requerente. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar o **Relatório de Vistoria**, indo proceder em conformidade com o constante no mesmo. -----

- “Aos oito dias do mês de março de dois mil e dezanove, realizou-se uma vistoria ao prédio sito no n.º 5 do Largo Dr. João Vieira da Silva, em Cabeção, em nome de **Carlos José Aires Duarte**, para aferição das condições de segurança, salubridade e arranjo estético do mesmo, conforme previsto no artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (na atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014). A ação surge na sequência de requerimento apresentado pela Junta de Freguesia de Cabeção, por entender que o atual estado do imóvel põe em causa a segurança na via pública, e foi precedida por outra vistoria (21/05/2018) que não foi totalmente conclusiva por impossibilidade de entrada no prédio, em virtude da falta de comparência do proprietário ou de outras pessoas por si designada. -----

Volta, agora, a suceder o mesmo impedimento, condicionando a plena perceção inspetiva. Infelizmente, pelo que se soube, motivado pelo falecimento do filho do proprietário que, dada a avançada idade do pai, era quem assumia a resolução dos seus assuntos pessoais. -----

Ainda que sem verificar as condições interiores do edifício, constata-se o mau estado dos vãos exteriores em caixilharia de madeira que, apesar de encerrados por portadas interiores do mesmo material, possuem vários vidros partidos, resultando, desse facto, a franca infiltração de águas pluviais e o acelerado apodrecimento das madeiras. Na fachada posterior, o vão existente do piso superior nem as portadas tem fechadas, agravando os efeitos das infiltrações e criando um problema de insalubridade, face à eventual invasão e propagação de animais contaminantes. -----

Assinala-se, ainda, os sinais de deterioração na fachada lateral que confronta com a Travessa dos Namorados, designadamente, a pronunciada fissuração das paredes e, especialmente, o evidente desligamento do revestimento do cunhal junto da cimalha. Foi a gravidade desta última questão que motivou o pedido de vistoria por parte da Junta de Freguesia, atendendo a que uma parte central desse elemento já caiu e a ameaça de queda da parte mais elevada para a via pública constitui um perigo mais sério para pessoas e bens que aí circulem. -----

Determina o n.º 1 do supracitado artigo 89.º que "As edificações devem ser objeto de obras de conservação pelo menos uma vez em cada período de oito anos, devendo o proprietário, independentemente desse prazo, realizar todas as obras necessárias à manutenção da sua segurança, salubridade e arranjo estético.". Ainda no mesmo artigo, refere o número seguinte que "Sem prejuízo do disposto no número anterior, a câmara municipal pode a todo o tempo, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético." -----

Considerando os riscos para o espaço público, que foram observados, e o prenúncio de degradação acelerada da construção, com potenciais prejuízos para os edifícios contíguos, propõe a comissão notificar o proprietário do seguinte:---

- 1** - O revestimento do cunhal deverá ser reparado, removendo as partes inconsistentes e aplicando revestimento idêntico nas partes em falta ou removidas;----
- 2** - As janelas deverão ser reparadas, de modo a impedir a infiltração de águas e animais; -----
- 3** - Deverá ser inspecionada a cobertura, para confirmar o bom estado do telha-

do e o eficaz escoamento das águas pluviais; -----

4 - Concede-se o prazo de 30 dias para o início dos trabalhos, mais 30 dias para a sua conclusão, sob pena da câmara municipal tomar posse administrativa do imóvel para a execução coerciva das obras.-----

É este o entendimento da comissão formada pelos técnicos da Câmara Municipal de Mora, António Mourão, Vítor Mendes e João Miguel Endrenço.” -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar o **Relatório de Vistoria**, indo proceder em conformidade com o constante no mesmo.-----

- “ Aos oito dias do mês de março de dois mil e dezanove, realizou-se uma vistoria ao prédio sito na Travessa da Praça de Touros, em nome de **Américo Jacinto Freixo Barbeiro** (provavelmente com o nº de polícia 23), em Cabeção, para aferição das condições de segurança, salubridade e arranjo estético do mesmo, conforme previsto no artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (na atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014). A ação surge na sequência de requerimento apresentado pelo próprio proprietário, por entender que a iminente ruína do imóvel põe em causa a segurança na via pública.-----

Trata-se de um pequeno edifício de piso térreo, encostado à rua e com um exíguo logradouro a tardoz. A cobertura são duas águas simétricas forradas com telha de canudo. Num dos lados, apoiada na fachada principal, ergue-se uma chaminé para lá da cota da cumeeira. A singeleza da construção culmina com a abertura de dois vãos, transversalmente alinhados e despojados de qualquer adorno, um de ligação ao espaço público e o outro de acesso ao logradouro. As paredes em blocos de adobe, cobertos com uma espessa camada de inúmeras caiações, definem o único compartimento do imóvel, que nem revestimento no piso possui. Consta que terão sido um velho e o seu jumento os últimos de uma

longínqua ocupação do lugar. -----

Na vistoria foi possível confirmar a iminente ruína do edifício, em particular da sua empena sul, que, por ter agregado o volume da chaminé, encerra uma maior preocupação sobre a sua robustez e o perigo que constitui para a segurança pública. São manifestos os indícios de fragilidade estrutural nessa zona, tanto pela fissuração exterior da fachada como, principalmente, pelo colapso parcial dessa empena e a instabilidade do pano superior da boca da lareira. O proprietário, face a estas evidências, colocou várias escoras no interior, no intuito de aliviar as cargas da cobertura e evitar o agravamento das circunstâncias.--

Determina o n.º 1 do supracitado artigo 89.º que "As edificações devem ser objeto de obras de conservação pelo menos uma vez em cada período de oito anos, devendo o proprietário, independentemente desse prazo, realizar todas as obras necessárias à manutenção da sua segurança, salubridade e arranjo estético.". Ainda no mesmo artigo, refere o número seguinte que "Sem prejuízo do disposto no número anterior, a câmara municipal pode a todo o tempo, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético." -----

Considerando a gravidade dos riscos para o espaço público e os potenciais prejuízos para os edifícios contíguos, propõe a comissão notificar o proprietário para a execução dos seguintes trabalhos: -----

1 - Proceder, pelo menos, à controlada demolição da chaminé, da empena sul do edifício e da cobertura, visto tratarem-se de elementos cuja degradação comprometeu de modo irreversível a estabilidade dos mesmos; -----

2 - Garantir que os trabalhos de demolição são realizadas em plena segurança

para pessoas e bens; -----

3 - Previamente aos trabalhos, deverá ser solicitado ao município o corte do ramal de ligação à rede pública de água;-----

4 - Revestir com argamassa as alvenarias que fiquem expostas pela ação da demolição e providenciar o escoamento pluvial do prédio, de modo a acautelar infiltrações que possam prejudicar património alheio contíguo; -----

5 - Os resíduos resultantes terão de ser tratados e encaminhados de acordo com a legislação vigente e o regulamento municipal aplicável; -----

6 - Concede-se o prazo de 30 dias para o início dos trabalhos, mais 30 dias para a sua conclusão, sob pena da câmara municipal tomar posse administrativa do imóvel para a execução coerciva das obras. -----

É este o entendimento da comissão formada pelos técnicos da Câmara Municipal de Mora, António Mourão, Vítor Mendes e João Miguel Endrenço.” -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar o **Relatório de Vistoria**, indo proceder em conformidade com o constante no mesmo. -----

Pela **Senhora Vereadora Paula Cristina Caldo Chuço**, foi presente uma declaração elaborada nos termos definidos nos artigos 69 e 70 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de Janeiro - C.P.A., na sua última redação, em como se considera impedida para quaisquer intervenções enquanto **Vereadora da Câmara**, para intervir no presente processo por ser parte interessada, pelo que de seguida abandonou a reunião. -----

- “ Aos oito dias do mês de março de dois mil e dezanove, e nos termos definidos pelo artigo 64º e 65º do RJUE, na redação final anexa ao DL 136/2014 de 9 de setembro, foi realizada uma vistoria ao prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 907 da Freguesia de Pavia, localizado no n.º 23 da Rua 9 de Abril, na

sequência de requerimento apresentado por **Ricardo António Morcela** solicitando a concessão de autorização de utilização de um edifício destinado a habitação, cujo licenciamento e construção foi enquadrado pelo processo n.º 05-75 de 1975, tendo, na altura, sido indeferida a referida autorização por "a vertente para a via pública não ter algeroz nem tubos de queda". Entretanto, e sem cobertura do necessário procedimento administrativo, foram executadas obras de ampliação e construção no prédio. Os projetos de legalização dessas intervenções foram aprovados na reunião de Câmara de 26/12/2018. -----

Verificou-se que o imóvel não está de acordo com as peças desenhadas do projeto de arquitetura que instrui o processo de legalização apresentado, mas sim com o projeto inicialmente aprovado em 1975, designadamente, no que respeita à configuração dos espaços interiores e posicionamento das suas portas. -----

Assim, entende esta comissão que apenas poderá ser emitida a autorização requerida após a apresentação de telas finais das peças desenhadas que, no processo de legalização, não se conformam com a realidade." -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar o **Relatório de Vistoria**, indo proceder em conformidade com o constante no mesmo. -----

Acto contínuo a **Senhora Vereadora** regressou à reunião. -----

----- **Ponto um - cinco: VISTORIA PARA EFEITOS DE CONSTITUIÇÃO DE PROPRIEDADE HORIZONTAL:** Presente Relatório de Vistoria, que se transcreve, referente à vistoria efetuada ao prédio sito no Largo Infante D. Henrique nº. 1, em Cabeção, na sequência do pedido em nome de Maria Anunciação Fadista Capelo Lopes Faustino solicitando a constituição em propriedade horizontal do referido prédio: -----

“Aos oito dias do mês de março de dois mil e dezanove, foi realizada vistoria ao prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 1183 da Freguesia de Cabeção e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1521, localizado no Largo Infante D. Henrique n.º 1, para verificação das condições necessárias à sua constituição em regime de propriedade horizontal, na sequência de requerimento apresentado por Maria Anunciação Fadista Capelo Lopes Faustino e outros.

Após análise dos desenhos apresentados, verificou-se que um dos requerentes, que acompanhou a comissão nesta vistoria, discordava dos termos em que o fracionamento do piso inferior era proposto. Ainda nesse piso, verificou-se que, em discordância com as peças desenhadas, existe uma passagem entre espaços de frações distintas (o que é inviável) e foi representada uma passagem entre compartimentos de arrumos, que não existe. -----

Nesse sentido, ficará o presente procedimento a aguardar a entrega dos elementos corrigidos e o encerramento da passagem entre diferente frações, caso se mantenha a mesma disposição de propriedade, para se poder agendar a realização de nova vistoria.” -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o **Relatório de Vistoria**, indo proceder em conformidade com o constante no mesmo. -----

----- **Ponto um - seis: PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE PAGAMENTO:** Presente requerimento em nome de **João Miguel Pereira Godinho** solicitando a prorrogação de dois meses no prazo de pagamento da 2ª. prestação do lote nº. 5 do **Loteamento Municipal da Quinta das Sesmarias em Mora** definida a ser liquidada até 31 de Março, ficando esta prestação definida a ser liquidada até 31 de Maio de 2019, sem deste modo comprometer o cumpri-

mento das restantes datas limites de liquidação da 3ª e 4ª prestação (final de Julho e Novembro respectivamente) atualmente definidas, por motivos invocados no presente requerimento.-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade **deferir** o presente pedido de prorrogação de prazo de pagamento, referente à 2ª. prestação do lote nº. 5 do Loteamento Municipal da Quinta das Sesmarias em Mora, ficando esta prestação definida a ser liquidada até 31 de Maio de 2019, sem deste modo comprometer o cumprimento das restantes datas limites de liquidação da 3ª e 4ª prestação (final de Julho e Novembro respectivamente) atualmente definidas, por motivos invocados no requerimento anexo à presente informação. -----

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE ACÇÃO SÓCIO CULTURAL:** -----

----- **Ponto dois - um: GRUPO DE CANTARES DE CABEÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO:** Presente informação da **Unidade de Acção Sócio Cultural** informando que ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com art. 9º do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos exigidos pelo regulamento supra referido, nomeadamente os previstos nos Artigos 5, 13, 14, 15 e 18.-----

Face ao pedido apresentado pelo **Grupo de Cantares de Cabeção**, propõe-se a atribuição de um subsídio no valor de **500€, (quinhentos euros)**, destinado a custear parte das despesas com o seu plano de actividades para 2019.-----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo com a proposta apresentada, concedendo o referido subsídio no valor de **500,00€ (quinhentos euros)**, ao **Grupo de Cantares de Cabe-**

ção destinado a custear parte das despesas com o seu plano de actividades para 2019, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora, em vigor. -----

----- **Ponto dois - dois: PISCINA MUNICIPAL - AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO:** Presente informação da **Unidade de Ação Sócio Cultural** propondo a autorização de utilização da **Piscina Municipal**, pelo jovem **Duarte Alexandre Fragoso Samora**, em horário e datas livres, como forma de apoio à sua recuperação física. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo com a proposta apresentada autorizando que o jovem **Duarte Alexandre Fragoso Samora**, frequente as **Piscinas Municipais de Mora**, em horário e datas livres, como forma de apoio à sua recuperação física. -----

----- **Ponto dois - três: FUTSAL CLUBE DE MORA - F.C.M. - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO:** - Ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com art. 9º do Regulamento de de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos exigidos pelo regulamento supra referido, nomeadamente os previstos nos Artigos 5, 12, 14 e 15. -----

Face ao pedido de apoio solicitado pelo **Futsal Clube de Mora**, propõe-se a atribuição de um subsídio no valor de **700€, setecentos euros** à equipa de Futsal no escalão de Iniciados masculinos, para apoio à sua participação na **Taça Nacional 2018/2019**. -----

A **Câmara Municipal** manifestou o seu **acordo** com a proposta apresentada e deliberou por unanimidade atribuir um subsídio no valor de **700€, setecentos**

euros à equipa de Futsal no escalão de Iniciados masculinos, para apoio à sua participação na Taça Nacional 2018/2019, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora, em vigor. -----

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----

----- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:** Foi presente o **Resumo Diário de Tesouraria** com data de ontem, o qual acusa o saldo em **Dotações Orçamentais** no valor de **2.582.804,81€ dois milhões quinhentos e oitenta e dois mil oitocentos e quatro euros e oitenta e um cêntimos** e **Dotações não Orçamentais** no valor **18.010,91€, dezoito mil, dez euros e noventa e um cêntimos.** -----

----- **Ponto três - dois: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de **8.017,82€, oito mil, dezassete euros e oitenta e dois cêntimos.**---

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - três: PASSEIO DE VIATURAS 4X4 DESDE CHAVES A SÃO BRÁS DE ALPORTEL:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para conhecimento e informação, email da **Câmara Municipal de S.Brás de Alportel**, solicitando parecer para um passeio lúdico, de viaturas 4x4, denominado "O Caminho mais Longo", organizado pela Endless Ways, Lda e que a passagem pelo Município terá lugar dia 20 de abril do corrente ano. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade não ver inconveniente à passagem da referida prova pelo Concelho de Mora, nos termos da alínea d) do número dois e do número cinco da Portaria número mil e cem barra noventa e cinco, de sete de Setembro. -----

----- **Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE:** -----

----- **Ponto cinco: EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:** -----

----- **Ponto cinco - um: DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE:** A **Câmara Municipal** tomou conhecimento dos seguintes **despachos** do **Senhor Presidente:** -----

- **Em que determinou**, abrir procedimento tipo Consulta Prévia para "Desenvolvimento da Aplicação Móvel "Pesca em Portugal" e "Tour Guides - Fluvial" no âmbito do Projeto LIFE Águeda - LIFE 16 ENV/PT/000411", nos termos do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua última redação, pelo prazo de 06 dias, em conformidade com o Convite e Caderno de Encargos.-----

Mais determinou que sejam consultadas as seguintes empresas: -----

Skillmind; João Miguel Elias Rodrigues e Your Podcast. -----

Mais determinou que o júri do presente procedimento seja constituído por: -----

Efetivos: -----

Luís Manuel Martins Canelas - Presidente; Nuno Miguel Pereira Nunes e Luísa Vacas de C. Martins de Sousa Lobo. -----

Suplentes: -----

Fernando Filipe da Cruz Vidigal e José Carlos Barbeiro Mendes. -----

Determinou também aprovar o Convite e Caderno de Encargos, respetivos. -----

O valor base do procedimento é de 43.000,00€. -----

- **Em que aprovou** a 3ª. Alteração ao Orçamento da Despesa de 2019, e a 3ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos 2019-2022. -----
- **Em que determinou** revogar a decisão de contratar do procedimento por Consulta Prévia para Melhoria da eficiência energética do Jardim de Infância e 1º Ciclo de Pavia - Equipamento, nos termos das disposições conjugadas da alínea b) do nº 1 do artigo 79º e do nº 1 do artigo 80º, do Código dos Contratos Públicos.-----
- **Em que determinou** revogar a decisão de contratar do procedimento por Consulta Prévia para Melhoria da eficiência energética das Piscinas Municipais - Equipamento, nos termos das disposições conjugadas da alínea b) do nº 1 do artigo 79º e do nº 1 do artigo 80º, do Código dos Contratos Públicos. -----
- **Ponto cinco - dois: CEDÊNCIA DE TRANSPORTES:** Presente informação do **Senhor Vereador do Pelouro dos Transportes, Marco Filipe Barreiros Pires**, informando que dando cumprimento ao estipulado no Regulamento de Cedência de Veículos de Passageiros do Município de Mora, propõe ao Executivo Municipal a aprovação da cedência de transporte às seguintes associações: -----
- **Agrupamento de Escolas de Mora** para transporte dos alunos para o Encontro de Moral, no próximo dia 9 de Maio; -----
- **Grupo Recreativo e Rancho Folclórico de Cabeção**, para uma deslocação do grupo para uma atuação ao Colmeal (Gois), no próximo dia 21 de Julho e para uma atuação ao Seixal no próximo dia 3 de Agosto; -----
- **Pedais do Raia Clube**, para apoio no transporte dos participantes no Evento Alvalade-Porto Covo-Alvalade, no próximo dia 19 de Maio; -----
- **Confraria Senhor Jesus dos Paços de Cabeção**, para transporte da Banda

Musical do Vimieiro, no próximo dia 7 de Abril; -----

- **Grupo de Cantares de Cabeção e Grupo “Cantar Alentejo”**, para uma atuação no Piquenício, que se realiza em Cuba, no próximo dia 9 de Junho;-----

- **Paróquia Nossa Senhora da Graça de Mora**, para apoio nas festividades da Padroeira, Nossa Senhora da Graça, nos dias 3, 4 e 5 de Maio; -----

- **Câmara Municipal de Avis**, para apoio no Almoço de Aniversário da Associação de Reformados de Avis, no próximo dia 4 de Abril; -----

- **ARPI de Mora e ASDIC**, para transporte das Direções na Assembleia Geral da Federação de Reformados, Pensionistas e Idosos, em Évora, no próximo dia 28 de Março. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar a cedência de transporte às Instituições acima referidas. -----

----- **Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve público presente.

----- **Ponto sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA PRESENTE REUNIÃO:** Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, eram onze horas e trinta minutos, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu, Assistente Técnica exercendo
funções na **Divisão Administrativa/Financeira**, para o efeito designada por deliberação tomada em reunião ordinária da **Câmara Municipal de Mora**, realizada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e assino.-

